

## Educação e Concentração da Renda na Década de 60: Uma Polêmica

A publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 abriu um intenso debate sobre a distribuição da renda no Brasil. Os dados mostravam que a renda estava distribuída de um modo bastante desigual, contrastando esta realidade com o otimismo oficial. Além disso, a comparação dos dados de 1970 com os de 1960 mostrava uma forte tendência de aumento na concentração.

Em resposta ao problema lançado, alguns estudos pretenderam atribuir esse aumento de concentração a distorções na oferta de pessoas com certos graus educacionais. Em consequência disso, a política governamental passou a ser mais enfática em atribuir à educação o papel de variável estratégica para atenuar ou eliminar as desigualdades sociais.

Neste texto pretendemos fazer um rápido comentário sobre os dados que medem a distribuição da renda, disponíveis para 1960 e 1970 e comentar as explicações que têm sido dadas ao processo.

Antes disso, vamos nos deter em alguns conceitos fundamentais.

O conceito de renda, na teoria econômica, é formulado com base em um esquema simples onde a produção se faz pelo emprego na unidade produtiva, dos seguintes fatores econômicos: terra (ou instalações), trabalho, capital e capacidade empresarial. Cada um dos fatores é remunerado sob diferentes formas: aluguel para a terra (ou instalações), salário para o trabalho, juros para o capital e lucro para a capacidade empresarial. Deste modo, o processo de produção compreende dois fluxos. Um, de fatores de produção, num sentido; outro, em sentido contrário, de valores monetários. A renda gerada pelo processo produtivo é a soma de todos os valores do seu fluxo monetário, auferidos pelos proprietários dos fatores de produção empregados (isto é, salários, aluguéis, juros e lucros) durante um período convencionalizado, geralmente de um ano.

Os principais problemas que se apresentam ao estudo da distribuição da renda podem ser resumidos nas seguintes perguntas: as pessoas que são proprietárias dos fatores de produção estão realizando rendas diferentes? quais as pessoas (ou os fatores) que estão realizando mais rendas? (ou: qual a distribuição *funcional* da renda?); por que razão alguns fatores realizam mais do que outros? quais as determinantes desse processo?

## 1. A MEDIDA DA CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Há dois processos pelos quais podemos medir a concentração da renda.

O primeiro é através de informações agregadas da contabilidade social que fornece o valor da massa de salários pagos, dos juros, dos lucros, distribuídos ou não pelas empresas, e dos aluguéis, durante o ano. Não dispomos desses dados para o Brasil, a não ser da sua soma. Desconhecemos as parcelas.

O segundo processo é indagar dos indivíduos qual a renda por eles auferida e qual a fonte (salário, lucro, etc.). É o processo empregado pelos censos. Ainda aqui também, há omissão da origem da renda, quando se publicam os resultados, embora o dado seja coletado. O censo demográfico de 1970, apresenta a distribuição da renda de pessoas individuais segundo características de escolaridade e setor de atividade, mas não segundo a posição na ocupação (empregador, empregado, etc.), o que daria uma boa aproximação da distribuição funcional da renda.

É possível que essas omissões não sejam casuais, mas decorram de um intento deliberado de certos setores da burocracia para dificultar a própria análise da distribuição da renda. Os dados dispo-

níveis obrigam os analistas a lançar mão de artifícios que tornam fácil a sua manipulação para os mais diferentes fins. É o caso do papel da educação na concentração da renda que foi completamente distorcido por alguns: de efeito foi transformado em causa.

Passamos então, à análise das informações disponíveis. Os dados que serão comentados referem-se ao rendimento médio mensal da população economicamente ativa (excluindo-se a parcela não remunerada).

A tabela 1 apresenta a distribuição de frequência da população, por classes de renda, em 1970.<sup>1</sup> O primeiro dado que salta à vista é o de 50% da população receber uma renda mensal até Cr\$ 151,00<sup>2</sup> com uma média de Cr\$ 75,00, renda essa que corresponde a apenas 60% do salário mínimo legal de menor valor no país (Cr\$ 124,80). Se tomarmos como referência o valor do maior salário mínimo regional, teremos, então, 50% da população com uma média igual a apenas 40% dessa quantia.

Essa metade mais pobre da população economicamente ativa é, provavelmente, integrada pela maior parte da população rural não proprietária, parte dos trabalhadores autônomos do setor terciário e do secundário (estes quando em regime de subemprego). É possível que o baixo nível de renda dessa população, considerando-se os encargos de manutenção da população não produtiva, faça-a permanecer em níveis de consumo bastante baixos.

Tomemos agora a parcela da população que auferem renda superior ao valor mediano e examinemos cada um dos três grupos seguintes: os 30% que ganham de Cr\$ 151,00 a Cr\$ 316,00; os 10% que ganham de Cr\$ 316,00 a Cr\$ 533,00; e, finalmente, os 10% restantes que auferem rendas superiores a este valor.

Os integrantes dos 30% da população remunerada que auferem renda superior à da mediana, têm uma remuneração média de Cr\$ 210,00, cerca de 2,8 vezes o valor da média da metade inferior. É possível que os indivíduos que compõem este nível de renda sejam trabalhadores da indústria com algum grau de qualificação, trabalhadores tempo integral do setor serviços e trabalhadores rurais em propriedades modernas. Estão integrados ao mercado de bens de consumo de alimentos, roupas, calçados e, também, de alguns bens industriais de consumo durável, principalmente de utensílios domésticos.

---

1. O comentário feito aqui, para o total do país, foi baseado no texto de Rodolfo Hoffman e João Carlos Duarte, "A Distribuição da Renda no Brasil", em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 12, n.º 2, jun./72.

2. A renda mediana é de Cr\$ 150,00.

O grupo seguinte (nono decil) auferiu uma renda média mensal de Cr\$ 405,00, cerca de 1,9 vezes o valor da camada anterior. É constituído, provavelmente, de operários especializados, funcionários administrativos e pequenos comerciantes.

Finalmente, o decil superior da distribuição de renda auferiu um rendimento médio de Cr\$ 1.322,00, cerca de 3,3 vezes o da camada imediatamente inferior. Seus integrantes são, certamente, altos e médios funcionários administrativos, técnicos e engenheiros, comerciantes, empresários e profissionais liberais. Têm acesso ao mercado de produtos industriais, destacando-se os bens de consumo duráveis como automóveis e eletrodomésticos.

A tabela 2 apresenta as quantidades relativas da renda auferida pelas parcelas da população, conforme níveis de remuneração. Verificamos que os 40% mais pobres auferem apenas 9% da renda; os 80% mais pobres ganham tanto quanto os 5% mais ricos: os 50% mais pobres, reunidos, auferem menor renda do que os 1% mais ricos.

Estes dados dão a medida da grande disparidade existente na distribuição da renda. No entanto, é ponto pacífico que, na maioria dos países, a distribuição da renda é também desigual e que, no Brasil, ela já foi ainda mais assimétrica. Por que, então, o acirramento da discussão? A resposta é encontrada pela comparação da distribuição da renda de 1970 com a de 1960, revelando uma tendência de aumento da disparidade, o que tem sido apontado, freqüentemente, como uma "distorção" do processo de desenvolvimento em curso. Isso pode ser observado na tabela 1, que apresenta as rendas médias deflacionadas segundo parcelas da população que auferem ganhos em faixas equivalentes, em termos relativos. Seus resultados são bastante elucidativos do processo de concentração ocorrido no período.

A metade mais pobre teve sua renda média elevada de 1%, o que, provavelmente, teve reduzido efeito prático. Os três decis seguintes tiveram aumento de 8%, de 3% e de 10%. Os acréscimos significativos começam a aparecer no nono decil, onde foram de 23%, e no décimo, chegando a 61%. Os 5% mais ricos tiveram seus ganhos aumentados de 72%.

Estes dados permitem-nos afirmar que as camadas mais pobres, as que abrangem maior número de pessoas, tiveram sua renda mantida, enquanto que as camadas mais ricas, bastante reduzidas, tiveram-na acrescida numa razão tanto maior quanto mais elevado o nível de renda previamente existente.

“O crescimento da renda real na economia brasileira durante o decênio — aproximadamente 70% — foi predominantemente apropriada pelos 5% mais ricos da população”.<sup>3</sup>

Há alguns dados ainda que sugerem o fato de que as camadas mais pobres tiveram sua renda monetária decrescida e não mantida, como apontam os dados da tabela 1. A citação abaixo, de Hoffman-Duarte, indica isso:

“A metade da população remunerada situada no extremo inferior da distribuição (...) manteve inalterado seu nível médio de rendimento no período. Se considerarmos que a percentagem de receptores de renda baixou de 35,4% para 31,4% entre os dois censos analisados, deduziremos que a renda per capita dessa parte da população pode ter sofrido alguma redução”.<sup>4</sup>

Isto significa que houve um crescimento da parcela dependente (a que não aufera renda) mais intenso do que o da parcela remunerada, no total da população brasileira. No entanto, é de se esperar que este fenômeno tenha ocorrido com intensidade ainda maior na população de mais baixa renda, devido ao fato dele ser mais fértil. Assim, se a parcela dependente dessa camada cresceu mais do que a remunerada e a sua renda permaneceu constante, a renda média per capita da população mais pobre decresceu, o que, certamente, deve ter resultado em decréscimo do padrão de vida.

Os mesmos autores utilizam dados que sugerem fortemente a validade desta hipótese.<sup>5</sup> Como se sabe, a quase totalidade da renda das camadas mais pobres é empregada na compra de alguns bens de consumo como alimentos, roupas e calçados. Pois bem, o crescimento dos índices do produto real do ramo de vestuário, de calçados e de artefatos de tecidos foi de 13,7% de 1962 a 1970; o da indústria textil foi de apenas 8,8% de 1960 a 1970. Este crescimento inclui a parcela da produção exportada que tem sido crescente em termos relativos. Em vista disso, o aumento das vendas desses produtos foi inferior ao da população. Daí concluem os autores que:

“esses resultados, combinados à evolução do padrão de distribuição da renda, sugerem uma retração daquela parte da população de rendas mais baixas em relação ao mercado”.<sup>6</sup>

---

3. Francisco de Oliveira, “A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista”, em *Estudos CEBRAP*, n.º 2, out./72, p. 63.

4. Hoffman e Duarte, ob. cit., pp. 59-60.

5. Idem, p. 62.

6. Idem, p. 62.

É preciso deixar claro que a discussão feita até aqui utiliza como base os dados censitários elaborados por Hoffman-Duarte. No entanto, a forma como os dados censitários são apresentados permite que se tirem conclusões em outra direção. Isto porque, os dados de remuneração para 1960, foram apurados por *intervalos de classe*, enquanto que os de 1970, o foram por renda individual. Por isso, fazem-se necessárias uma série de suposições econométricas e estatísticas, arbitrárias, de modo a tornarem os dados comparáveis.

O estudo sobre a distribuição da renda no Brasil feito por Carlos G. Langoni<sup>7</sup> assume hipóteses diferentes das de Hoffman-Duarte e, em consequência, os dados por ele elaborados são distintos. Daí a conclusão de Langoni de que, apesar de ter havido uma diminuição da participação de todos os níveis de renda, exceto os 10% mais ricos, houve, no entanto, aumentos significativos no valor da renda real de todos os níveis.<sup>8</sup>

Se as suposições de ambos os estudos são arbitrárias, as hipóteses legítimas, entretanto, serão aquelas que basearam conclusões confirmadas por outros estudos. Nesse sentido há indicadores que mostram a deterioração das condições de vida das camadas mais pobres da população. É possível concluir, a partir daí, que seria uma incongruência o aumento da sua renda real *simultaneamente* à deterioração das condições de vida.

Esses indicadores a que aludimos são todos parciais, orientados para uma região, uma cidade ou setor da economia. No entanto, cremos que o quadro geral sugerido por todos eles aponta na direção dos dados de Hoffman-Duarte: a deterioração das condições de vida das camadas mais pobres da população.

Passamos a apresentar os indicadores em questão.

- 1) Como já dissemos acima, há dados que mostram o crescimento do produto real de alguns setores industriais abaixo da taxa de crescimento da população. São setores que produzem artigos de consumo de todas as camadas, inclusive as mais pobres e principalmente delas, pelo fato de abrangerem a maioria da população. É o caso da indústria têxtil, de vestuário, de calçados e de alimentos. Apesar do aumento das exportações desses produtos nos últimos anos, o total da produção cresceu menos do que a população, o que sugere a existência de uma retração do consumo, localizada certamente nas camadas de mais baixa renda.
- 2) Outro indicador é uma pesquisa realizada sob o patrocínio do Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste

---

7. Carlos G. Langoni, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.

8. Cf. ob. cit., pp. 64-71. Mais adiante voltaremos a comentar este autor.

do Brasil, sobre o consumo de gêneros alimentícios e de produtos industriais em 16 cidades da região, em 1960-1968, abrangendo 43% da população urbana nordestina.<sup>9</sup> Para oito cidades, dispunha-se de duas observações: no tempo, permitindo a identificação da tendência da renda das famílias dos consumidores.<sup>10</sup> Os dados apontam um crescimento acentuado da renda total e per capita em todas as cidades. No entanto, verificou-se um aumento de concentração. Além disso:

“verifica-se uma tendência quase generalizada a um decréscimo na média atinente à fração 20% mais pobre. O decréscimo mais acentuado ocorreu em Fortaleza, onde atingiu 12% ao ano, enquanto que no Recife e em Campina Grande não ultrapassou, como média anual para os dois primeiros quintos agregados (os 40% mais pobres), de 1,5 e 1% respectivamente. Vale finalmente referir que São Luís foi a única dentre as cidades consideradas cujo quinto mais pobre da população apresentou variação positiva — pouco menos de 4% ao ano — na respectiva renda média per capita.”<sup>11</sup>

3) O terceiro indicador é o declínio do poder de compra do salário mínimo. A tabela 3 mostra a evolução do valor real do salário mínimo na Guanabara. Os dados falam por si próprios: de 1944 a 1951 seu real caiu para menos da metade; de 1952 a 1957 superou o valor real de 1944 e iniciou um período de elevação anual; de 1957 a 1961 oscilou, mas sempre em valores mais elevados do que o de 1944; a partir de 1961, entrou numa tendência declinante, chegando, em 1971, a um valor pouco acima do de 1944. Estes dados adquirem mais sentido quando se leva em conta um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que tomou a quantidade e os produtos alimentares previstos pela legislação (Decreto-lei n.º 399 de 30/4/38) para calcular o “custo de vida” do operário e fez as estimativas deste custo para a cidade de São Paulo em 1965 e 1971. Seus resultados mostram que houve um aumento sensível do tempo que um operário, ganhando salário mínimo, deve trabalhar para garantir a mesma dieta. Baseando-se nestes dados, aquela instituição concluiu ter havido uma grande deterioração do salário mínimo que, se fosse fixado para permitir cobrir o “custo de vida”, deveria ser, em dezembro de 1971, Cr\$ 598,56 e não Cr\$ 225,60, correspondente a apenas 37,6% daquele valor.

---

9. Hélio Augusto de Moura, *Distribuição e Níveis de Renda Familiar no Nordeste Urbano*, HNB/ETENE, Fortaleza, 1969.

10. Clóvis Vasconcelos Cavalcanti fez o mesmo estudo para o Recife; ver seu “A Distribuição da Renda Familiar e por Habitante na Cidade de Recife”, em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, n.º 1, jun./72.

11. Hélio Augusto de Moura, ob. cit., p. 26.

4) O DIEESE realizou, também, pesquisas sobre o padrão de vida de famílias de trabalhadores em São Paulo, num intervalo de 11 anos (1958-1969) e constatou uma intensa deterioração de sua renda.<sup>12</sup> Seus dados mostram, em síntese, que a renda real da família trabalhadora típica decresceu de 9,3% no período, enquanto que o salário do chefe diminuiu de 32%. Para compensar esta grande queda no salário do chefe que, em 1958, correspondia a quase toda a renda familiar, o grupo doméstico foi obrigado a aumentar o número de pessoas que participava da produção da sua renda. Se, em 1958, o número de membros ocupados era de um, em 1969 já era de dois. Esta reserva de força de trabalho familiar era constituída provavelmente de mulheres e menores, na maioria dos casos. Deste modo, a renda (rebaixada) do chefe não foi duplicada, mas aumentada de um valor menor do que tinha antes. Ou, nos termos da própria instituição que realizou a pesquisa:

"(...) verifica-se que o salário do chefe da família não corresponde a uma parcela muito alta dos rendimentos familiares, ou seja, 56,4%. Isto reflete, de um lado, o fato (...) indicado, de que a família trabalhadora é compelida a colocar maior número de seus membros a desempenhar uma ocupação remunerada, para compensar a redução do salário real do seu chefe. De outro lado, reflete maior diversidade do mercado de trabalho urbano, com o emprego crescente de mulheres e menores, mas sem que isso corresponda, como seria de se desejar, a um fortalecimento do mercado de trabalho. Com efeito, às crises aparentemente cíclicas de desemprego que se sucederam nesta última década, acresce uma tendência a ser verificada, no sentido de se ampliar a situação de subemprego de amplas camadas da população urbana."<sup>13</sup>

Esses quatro indicadores são, acreditamos, suficientes para reforçar a validade tanto dos dados quanto das conclusões de Hoffman-Duarte a respeito do processo de concentração da renda no país, implicando, conseqüentemente, na falsidade da análise alternativa.

## 2. A EXPLICAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Os dados e a argumentação apresentados no item anterior concordam em apontar a existência de um processo de concentração da renda no Brasil, durante a última década. No entanto, como já se viu, essa concordância desaparece quando se passa a explicar a produção do fenômeno. A necessidade de se fazerem hipóteses

---

12. Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos, *Pesquisa de Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo*, DIEESE, São Paulo, s/d. (mimeo.).

13. *Idem*, p. 7.

arbitrárias a respeito do comportamento dos dados censitários com o fim de torná-los comparáveis, resulta em dados secundários diferentes, apesar da fonte ser a mesma. Assim é que Carlos Langoni conclui que a concentração resulta de "velocidades" diferentes de crescimento da renda real da população dos diversos níveis de remuneração. Para Hoffman-Duarte, ao contrário, a concentração expressa a manutenção da renda real das camadas mais pobres (senão diminuição) e o crescimento bastante intenso do ingresso das camadas mais ricas, especialmente os 5% de renda mais alta. Mostramos, também, porque consideramos aceitáveis os dados e a argumentação de Hoffman-Duarte: a convergência com outros indicadores que mostram a deterioração do padrão de vida da população de mais baixa renda. Por isso, seria lógico que, ao expormos as explicações da concentração da renda, restringíssemos-nos apenas à argumentação desses autores.

Para efeito de simplificação, chamaremos as explicações de Langoni de "análise sintomática" e as de Hoffman-Duarte de "análise estrutural".

### 1.1 *A Análise Estrutural*

Hoffman-Duarte<sup>14</sup> apontam a compressão salarial e a estrutura oligopolística da produção como os determinantes principais do processo de concentração da renda no país.

Apesar do grande crescimento da produtividade, principalmente da produtividade industrial, os salários de grande parcela dos trabalhadores permanecem desligados desses ganhos, sendo fixados pelos níveis mínimos legais.<sup>15</sup> Os ganhos na produtividade industrial foram produzidos por inovações tecnológicas, onde tiveram grande importância as empresas estrangeiras, principalmente nas indústrias de bens de capital e de consumo duráveis. O crescimento dos salários foi mais lento do que o da produtividade. As razões que os autores apontam para essa diferença no crescimento são a desorganização do mercado de trabalho derivada da existência de excedentes estruturais de mão-de-obra e a fragilidade das organizações sindicais.

Francisco de Oliveira<sup>16</sup> identifica esta "desorganização" e suas implicações na manutenção dos salários em níveis baixos.

---

14. Hoffman-Duarte, ob. cit., p. 61.

15. É sabido que os salários pagos no setor industrial são os mais altos, em média, inclusive para operários. Por isso os mecanismos estruturais que determinam a concentração da renda a partir desse setor, são elucidativos dos processos que comandam toda a economia, devido às repercussões que provocam.

16. Francisco de Oliveira, ob. cit., pp. 19-20.

Mostra que a situação do setor agropecuário teve grandes repercussões sobre o processo de acumulação industrial e, em decorrência, sobre a concentração da renda. Em primeiro lugar, pelo fornecimento ao setor urbano de grandes contingentes de mão-de-obra que iriam formar o "exército de reserva". A disponibilidade, de trabalhadores desempregados e subempregados, na cidade, fez com que a base para se calcular a escala de salários fosse baixa, dada a situação de miséria existente. Deste modo, mesmo os salários de operários qualificados ficaram afetados por esta base baixa, pois mesmo sendo mais elevado, a referência da sua grandeza era o salário mínimo. Em segundo lugar, pelo fornecimento de alimentos a baixo preço (possível pelo baixo custo de reprodução da mão-de-obra rural). Este fato, somado ao primeiro, fazia com que o custo de reprodução da força de trabalho urbana fosse também baixo, reforçando aquele baixo nível de cálculo da escala de salários.

As mudanças nas normas que regem a fixação dos salários foram também importantes para a sua manutenção em níveis de crescimento inferiores aos do crescimento da produtividade. Entre outros fatores, a proibição da barganha coletiva por aumentos salariais; a fixação do salário mínimo pelo governo federal em valores reais decrescentes; e a abolição da estabilidade no emprego, facilitando a dispensa de trabalhadores de categorias, cujos salários foram reajustados acima do mínimo.

Como diz Paul Singer:

"É este controle eficaz sobre os salários, que só se entende nas circunstâncias políticas específicas em que vive o país, que garante a economia contra a volta da espiral preços-salários. Em qualquer nação industrializada, cuja estrutura de poder compreenda a organização autônoma dos assalariados, uma inflação de 20 a 25% desencadeia, sem demora, a espiral preços-salários. No Brasil não. Manipulando, soberanamente, os índices de correção monetária, que incidem sobre salários, juros, aluguéis e outros preços, as autoridades 'concedem' aumentos nominais, mesmo quando na verdade sancionam a redução, em termos reais, da renda de determinados grupos. Nestas condições, a inflação dá um poder novo aos que manejam a política econômica, pois ao conferir fluidez permanente a todos os preços, a inflação permite às autoridades manipular fluxos de renda inclusive permanecendo inertes, nada mais fazendo do que 'corrigir' certos preços um pouco acima ou abaixo do nível geral ou simplesmente adiar a correção de outros, etc. (...)"<sup>17</sup>

---

17. Paul Singer, "O Milagre Brasileiro — Causas e Conseqüências", CEBRAP, São Paulo, 1972, pp. 63-64.

Quanto à fragilidade das organizações sindicais, cremos que não é necessário insistir na sua marginalização como instrumento de negociação de níveis salariais diretamente com a empresa. Atualmente, os níveis salariais são fixados pelo governo federal, direta ou indiretamente. Diretamente, pela determinação do valor do salário mínimo e dos salários de categorias profissionais qualificadas; indiretamente, pelo fato de, com isso, já ter fixado a base de cálculo para toda a escala de salários, como mostramos acima.

O segundo fator determinante da concentração da renda, apontado por Hoffman-Duarte, é a estrutura oligopolística da produção em quase todos os ramos estratégicos da economia, principalmente os produtores de matérias-primas industriais e de bens de capital. Esta estrutura fez com que o aumento da produtividade, se não se converteu em aumento de salários, também não resultou em diminuição dos preços, o que seria de se esperar se houvesse ampla concorrência. Ainda mais, o fato dessa estrutura oligopolista situar-se (embora não exclusivamente) em setores estratégicos fez com que este efeito se espraiasse por todo o setor industrial e, daí, por toda a economia. Se a produtividade crescesse mais do que os salários mas houvesse diminuição dos preços dos produtos ao consumidor final, seria de se esperar um efeito redistributivo em favor da população de menor renda, que constitui a grande maioria da população.

Além desses principais, há outros fatores concentradores de renda. Há o efeito concentrador de renda decorrente da montagem de um sistema de crédito destinado a financiar a compra de bens de consumo duráveis pela população de mais baixa renda. Os indivíduos com poupança, geralmente os de mais alta renda, compram títulos de sociedades financeiras com correção, uma forma de pagar juros acima do máximo permitido pela lei. A sociedade financeira paga à vista a compra da mercadoria e recebe, do consumidor, a amortização da dívida e juros. Assim, parte da poupança da população de mais alta renda é empregada, com o fim de ser multiplicada, no financiamento do consumo da população de renda mais baixa, aumentando, assim, a desigualdade na repartição da renda total.<sup>18</sup>

Há, também o que se chama o "crescimento do terciário de alta produtividade".<sup>19</sup> O aumento e a diversificação da produção industrial, principalmente de bens de capital e de consumo duráveis, exigem, crescentemente, novos quadros profissionais para os servi-

---

18. Cf. Paulo Singer, "Por que não Dividir o Bolo?", em *Opinião*, 27-11-72, p. 9.

19. Cf. Francisco de Oliveira, ob. cit., pp. 55-56.

ços de venda, publicidade, intermediação financeira, pesquisas e projetos econômicos e outros. Os altos salários dessas novas ocupações resultam, em parte, da sua escassez específica, mas também da sua posição em termos da própria produção, do seu nível de poder na burocracia privada, bem como em termos da posição que os candidatos prováveis a esses cargos ocupam na escala de status da sociedade como um todo. Esta "nova classe média" tem, predominantemente, nível escolar médio e superior, o que mostra a procedência parcial das explicações de Langoni, de que o aumento da demanda de pessoal deste nível educacional teve um efeito concentrador de renda. Sem que, entretanto, tenha a importância que este autor pretende lhe atribuir.

A manutenção do salário mínimo em níveis reduzidos, próximos aos de 1964, mais o regime do FGTS, facilitando o "turn-over", determinou a redução sistemática do custo da força de trabalho pouco qualificado, mas

"Isso não impede, mas antes pelo contrário, ajuda a elevar o nível de remuneração dos assalariados de qualificação mais escassa, pois na medida em que a folha de pagamento dos empregados é aliviada pelo menor custo da massa de trabalhadores não qualificados e simplesmente adestrados, sobram mais recursos para pagar aos qualificados, especializados, técnicos de nível médio e superior, gerentes e administradores, etc... O pagamento maior a estas categorias se impõe, por outro lado, na medida em que a importação de tecnologias criadas em economias mais adiantadas expande a demanda por este tipo de força de trabalho."<sup>20</sup>

Em termos gerais, no entanto, o relacionamento que Hoffman-Duarte estabelecem entre escolarização e concentração da renda é bem distinto, aliás o oposto daquele que será feito por Langoni:

"(...) a curva de Pareto se ajustou muito bem à distribuição da renda de salários entre empregados, mesmo quando se considera apenas os operários. Lembremos que na distribuição de Pareto à medida que passamos a estratos de renda mais alta, a tamização<sup>21</sup> é inversamente proporcional ao nível de renda já alcançado, ou vice-versa, a possibilidade de subir para estratos de renda mais alta é tanto maior quanto maior o nível de renda já alcançado. Não é difícil imaginar as etapas do processo, em linhas gerais, no caso das rendas de capital: renda maior permite maior poupança e conseqüentemente aumento da riqueza que possibilita auferir rendas maiores.

---

20. Paul Singer, ob. cit., p. 60.

21. Tamização é um processo de seleção de indivíduos para ascensão social (= peneiramento).

Mas, qual a lógica do processo no caso de salário? Certamente a educação formal representa um papel importante. Mostramos anteriormente que a tamização no sistema escolar brasileiro obedece à lei de Pareto, indicando que o acesso aos diferentes níveis de educação está relacionado com a distribuição da renda. Em linhas gerais o processo acumulativo se desenvolve nas seguintes etapas: maior salário implica em possibilidades de melhor educação formal, que possibilita, por sua vez, obtenção de empregos com remuneração maior".<sup>22</sup>

Resumindo, a análise estrutural destaca como principais fatores que determinaram o aumento da concentração da renda no período 1960-70, a política de compressão salarial e a estrutura oligopolística da produção. Além desses há outros, complementares na determinação desse efeito. Primeiro, a montagem de um sistema de crédito ao consumo de bens duráveis. Segundo, o aumento do número de pessoas empregadas em cargos de alto nível de qualificação, bem como o aumento relativo dos seus salários, principalmente nas funções de venda, publicidade, intermediação financeira, pesquisas e projetos econômicos, entre outros. Se bem que, neste caso, o aumento dos salários dos ocupantes destes cargos tenha resultado, em parte, da sua escassez relativa, ele não deve ser responsabilizado pelo fenômeno da concentração da renda como pretende a análise sintomática. Foi um fator (conjuntural) entre outros (de natureza estrutural) que foram certamente mais decisivos na produção do fenômeno em questão.

## 1.2 A Análise Sintomática

O método empregado por Langoni para explicar a concentração da renda é bastante simples, apesar da grande sofisticação do tratamento estatístico e econométrico. O autor elegeu uma série de variáveis e estudou suas correlações num esquema formado por uma variável dependente e sete variáveis independentes. A variável dependente era formada pelas rendas médias auferidas por segmentos da população; as variáveis independentes, também definidas para aqueles segmentos eram: a participação na população economicamente ativa dos grandes setores da economia; a participação na renda total das regiões; a participação das regiões no total da força de trabalho; a participação de mulheres, de jovens e de pessoal de nível colegial e superior na população economicamente ativa.

---

22. Hoffman-Duarte, ob. cit., p. 57. Os autores se referem, neste trecho, a um artigo de Rodolfo Hoffman, "Distribuição da Renda e Educação Escolar", em *O Solo*, vol. 61, n.º 1 que mostra serem as chances de evasão do sistema escolar tão menores quanto mais elevado o grau e a série.

O primeiro feixe de variáveis examinadas foram as chamadas de "mudanças na distribuição setorial e regional da população economicamente ativa". O autor verificou uma correlação positiva entre nível de renda e grau de concentração dentro de cada grande setor da economia. Por isso, conclui que a transferência de mão-de-obra do setor primário para o secundário resultou em aumento na concentração da renda, um efeito negativo. O efeito positivo foi a diminuição do peso relativo do pessoal de renda mais baixa, predominante no setor primário.<sup>23</sup> Constatou a existência de uma correlação negativa entre o índice de concentração dentro de cada região e o nível de renda. Assim, infere que a emigração de mão-de-obra dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e os do Nordeste em benefício dos Estados do Sul (exceto São Paulo), do Norte e Centro-Oeste teve um duplo efeito positivo, em termos de diminuir a concentração da renda. Em primeiro lugar, reduziu a frequência do pessoal de rendas baixas e o peso das regiões de maior desigualdade interna. Em segundo lugar, aumentou a participação relativa de regiões de renda mais baixa e menos desigual.<sup>24</sup>

O segundo feixe de variáveis independentes estudadas corresponde às "mudanças na composição qualitativa da população economicamente ativa". As variáveis sexo e idade foram qualificadas pelo autor como autônomas e não apenas estatisticamente independentes, porque o aumento da participação de jovens e mulheres na força de trabalho:

"(...) depende em grande parte de características demográficas, e só indiretamente podem ser efetuadas por decisões de política".<sup>25</sup>

O autor verifica que não há correlação clara entre nível de renda e concentração entre mulheres e conclui, daí, que o aumento da sua participação não influiu na distribuição da renda. Quanto ao aumento da participação dos jovens (até 25 anos), o autor constata a existência de correlação positiva entre nível de renda e índice de concentração para cada grupo etário. Assim, o aumento da quantidade relativa de jovens na força de trabalho resultou em aumento das frequências das rendas baixas mas, no entanto, menos desiguais.<sup>26</sup>

As outras mudanças ocorridas na "composição qualitativa da população economicamente ativa" são a diminuição da participação de analfabetos e o aumento da participação de pessoal de nível

---

23. Cf. Langoni, ob. cit., pp. 83-84.

24. Idem, idem.

25. Idem, p. 84.

26. Idem, cf. pp. 84-87.

escolar colegial e superior no total da força de trabalho. Ambas as mudanças levaram ao aumento do grau de qualificação da população economicamente ativa, medido este pelo nível de escolaridade dos seus membros. No entanto, os efeitos que estas mudanças tiveram na distribuição da renda foram distintos, como se apresentará abaixo, utilizando, ao máximo, as palavras do próprio autor.

"É importante destacar-se a constância da renda real dos analfabetos ao longo do período: se a oferta é elástica mesmo que a demanda se expanda substancialmente, os preços de mercado irão permanecer praticamente inalterados. Esta é praticamente a realidade por trás do comportamento dos analfabetos, ainda com uma agravante: a crescente sofisticação do mercado de trabalho brasileiro tem levado a taxas de expansão da demanda por seus serviços que são, substancialmente, inferiores àquelas obtidas por mão-de-obra mais qualificada".<sup>27</sup>

"A importância da educação para o aumento de desigualdade (...) é consistente com a hipótese de que o crescimento econômico brasileiro levou a uma expansão diferenciada da demanda de mão-de-obra, que devido à tecnologia utilizada, beneficiou desproporcionalmente os níveis de educação mais elevados. No extremo inferior a obsolescência de qualificações causada pela direção do progresso tecnológico mais do que compensou a queda na participação dos analfabetos, comprimindo os salários relativos."<sup>28</sup>

"A conclusão mais importante é de que as mudanças clássicas, que acompanham o processo de desenvolvimento econômico, levam a um aumento nos índices agregados de concentração sem que seja possível atribuir-lhes qualquer sentido de deterioramento de bem-estar: este é o caso típico do fluxo de mão-de-obra que deixa regiões e setores cuja renda real é relativamente mais baixa; da entrada no mercado de trabalho de jovens e mulheres; e principalmente, da melhoria ou ascensão educacional da força de trabalho, existente e em formação."<sup>29</sup>

Quando o autor procura destacar o peso de cada uma das variáveis independentes na explicação das variações individuais de renda, encontra na educação o fator mais importante.<sup>30</sup>

---

27. Idem, p. 89.

28. Idem, p. 121.

29. Idem, p. 97.

30. Idem, cf. pp. 108-114.

Em determinado momento, Langoni chega a admitir a existência de possíveis limitações no seu modelo.<sup>31</sup> Vamos mencioná-las e verificar até que ponto ele as supera.

Admite que o modelo não leva em consideração o acesso dos indivíduos à propriedade, que é notoriamente diferenciado. A concentração da propriedade tem algo a ver com a distribuição da renda o que, infelizmente, os censos não permitem estudar. O autor usou uma amostra do Censo Demográfico de 1970, composta de 341.164 pessoas e analisou as correlações entre sua renda e a sua posição na ocupação, isto é, o fato de serem elas empregadas, empregadoras ou autônomas. Se o efeito da propriedade na determinação do volume de renda fosse grande, haveria uma correlação visível entre posição na ocupação e renda, pois admite-se que os proprietários sejam empregadores.

Os dados elaborados pelo autor levaram-no a reconhecer a importância da propriedade (medida pela posição na ocupação) na determinação do nível da renda, mas com um poder de explicação menor do que o das variáveis do seu modelo, principalmente da educação.

Nas suas palavras:

"(...) há um substancial aumento de renda associado com a variável posição na ocupação: de acordo com nossas estimativas, mantendo todas as outras variáveis constantes, o fato do indivíduo ser empregador resulta num acréscimo marginal no logro da renda de 1,10 relativamente às características implícitas no termo constante (que inclui agora os assalariados). Este diferencial é, entretanto, ainda menor do que aquele associado com os níveis mais elevados de educação: 1,98 e 1,30 respectivamente com o superior e colegial".<sup>32</sup>

Essa conclusão de Langoni, de que o poder de determinação do nível de renda da variável educação é maior do que o da variável propriedade foi baseada numa amostra que certamente é viesada. De uma população economicamente ativa da ordem de 30 milhões de pessoas, ele extraiu uma amostra de pouco mais de 300 mil. Ora, é muito pouco provável que essa amostra inclua algum grande proprietário e, ao contrário, tenha uma maioria de empregados. Os proprietários (empregadores) nela existentes serão, certamente, pequenos comerciantes (armazéns, açougues, bares), pequenos sítiantes e donos de escritórios de pequeno porte. É muito estranho que o autor, apesar de dar uma mostra de grande virtuosidade estatística, não (quer) percebe(r) que numa população muito

---

31. Idem, cf. pp. 129-154.

32. Idem, pp. 133-135.

diferenciada, a probabilidade de que um grupo seja representado na amostra (quando aleatória simples) é inversamente proporcional à sua dimensão. Assim, se extraímos uma amostra (aleatória simples) de pessoas do censo, a probabilidade de encontrarmos um só membro dos 15% mais ricos é extremamente reduzida. O próprio Langoni sugere isso ao dizer que os empregadores de educação não colegial e superior são predominantemente proprietários rurais e pequenos proprietários urbanos.<sup>33</sup> Só que não reconhece as devidas implicações desse fato.

Deste modo, é bem provável mesmo, que empregados de alto nível educacional (colegial e principalmente superior) consigam obter rendas superiores às de pequenos sitiantes, proprietários de bares e outros pequenos comerciantes urbanos. Mas *esta* formulação é completamente diferente daquela que o Langoni pretende legitimar, conforme a citação acima.

Esse fato é um bom exemplo de como o desconhecimento pelo leigo de certos detalhes da técnica de amostragem pode levá-lo a aceitar conclusões viesadas que invertem completamente a natureza dos fatos.

Voltando à argumentação de Langoni, em termos substantivos, queremos tocar num ponto que nos parece extremamente grave e tem passado despercebido de muitos analistas. É o seu próprio testemunho da impropriedade do seu modelo para fins a que se destina. Diz o autor:

"(...) o poder de explicação das variáveis sistemáticas consideradas (educação, região, atividade e sexo) diminui sistematicamente ao passarmos do grupo dos empregados para o dos empregadores. O coeficiente de determinação na primeira sub-amostra é de 63%, enquanto que na última, é de apenas 32%. Isto reforça o ponto por nós já destacado, qual seja, o do modelo utilizado ser mais apropriado para a explicação exclusiva da remuneração do capital humano, que corresponderia, no caso, justamente ao grupo dos empregados ou assalariados".<sup>34</sup>

Temos aqui um exemplo de consciência do viés e, no entanto, a persistência em utilizar o modelo viesado para explicar a realidade, ou melhor, para distorcê-la. Se o modelo não é adequado para explicar a determinação do nível de *renda de todas as pessoas*, mas só dos assalariados, o que ele faz é justamente dissimular a reconhecida importância da propriedade do capital na distribuição

---

33. Idem, p. 156, nota 29.

34. Idem, p. 143.

da renda (vide nossa argumentação mais acima) e, no entanto, descartada. Ou seja, o *viés passa a ter um conteúdo ideológico intencional*.

Outra limitação que o autor admite ter em seu esquema de análise é não considerar os efeitos da inteligência e do "background"<sup>35</sup> familiar no sucesso educacional e, por essa via, na distribuição da renda. Também aqui os censos não fornecem dados e o autor tenta mostrar em última análise que, se esses fatores são importantes, eles se realizam pela educação escolar que é o fator que determinará finalmente o volume de renda auferido... como queria demonstrar.

Vamos nos deter neste ponto, pois ele evidencia a fraqueza teórica do autor em questão e apresenta mais um bom exemplo da distorção da realidade em proveito de certas posições ideológicas.

Diz Langoni que:

"(...) a educação parece ser um importante meio através do qual o 'status social' influencia a renda dos indivíduos (...). Assim, a melhor alternativa, principalmente quando os dados utilizados impõem severas limitações ao uso de variáveis do tipo 'status social', é trabalhar com educação, sabendo que em certo sentido ela reflete outros efeitos. Isto é, a contribuição da educação, para as diferenças observadas de renda, mantendo 'status social' e habilidade inata constante, é substancial, mas ela também é um importante veículo transmissor da influência dessas últimas variáveis".<sup>36</sup>

"(...) a dificuldade em medir a contribuição destas variáveis<sup>37</sup> deve-se à limitação imposta pelo fato de que, justamente quando o seu impacto é maior e independente da educação formal (na infância) os ganhos de produtividade não se refletem em ganhos de salário real, mas apenas em melhor desempenho futuro no processo de escolarização formal. Isto, associado com as tremendas dificuldades em definir (e medir) objetivamente 'inteligência' ou 'desempenho', faz com que o impacto potencialmente importante do *background* familiar nos primeiros anos de vida se dissipe ao longo do processo educacional. Assim, quando o indivíduo ingressa no mercado de trabalho e transforma acréscimos potenciais de produtivi-

---

35. O autor utiliza confusamente os termos "habilidade", "background familiar" e "status social". Cf. p. 129 e segs.

36. *Idem*, pp. 139-140.

37. Estas variáveis são o "background" e a inteligência, sendo que a primeira delas o autor associa à habilidade para compor o que chama de status social.

dade em acréscimos efetivos de salário real, a influência do *background* familiar é, em grande parte, absorvida pela variável educação".<sup>38</sup>

Langoni tenta mostrar que aquilo que ele denomina de "background" familiar influencia o nível de renda dos indivíduos através do sucesso escolar e, portanto, o que vai finalmente determinar a renda é a educação. Com esse raciocínio o autor pretende legitimar o fato do seu modelo não incluir aquela variável.

Seu argumento, entretanto, é falho. Ora, o fato do "background" familiar (seja lá o que for isso) determinar o desempenho escolar, e, por sua vez, determinar, em alguma medida, a renda, faz com que, quando se correlaciona renda e educação, o que estamos correlacionando, na realidade, é "background" familiar e renda. Portanto, ao invés de concluirmos que a influência do "background" familiar é em grande parte *absorvida* pela variável educação, diríamos que ele *determina*, em grande parte, o nível de renda, o que é muito diferente do que afirma Langoni.

O desempenho escolar dos indivíduos *não* é uma variável que atua *independentemente* do "background" familiar, mas é por este determinado. O seu impacto *não se dissipa* ao longo do processo educacional, *mas se expressa* nele através do aproveitamento, da promoção, das reprovações, da evasão e da diplomação.

Vamos tratar agora, ainda que brevemente, daquilo que o termo "background" familiar expressa.<sup>39</sup> "Background" familiar é a própria *qualidade da vida*, incluindo alimentação, vestuário, habitação, saúde, ambiente (des)favorável ao desenvolvimento psico-biológico, amplitude e estrutura da língua aprendida, utilização de meios mais ou menos variados de expressão, etc. São esses fatores que vão determinar o alto ou baixo desempenho nos testes de inteligência, na aprendizagem escolar, nos concursos. E eles existem, ou são mais ou menos abundantes, de acordo com o nível de renda familiar, como atesta o senso comum das próprias professoras primárias. Deste modo, correlacionar "background" familiar (se fosse possível expressá-lo por um número) com renda significa correlacionar renda com renda, ou seja, encontrar, certamente, um coeficiente bem próximo de 1.

Pretendemos, então, mostrar que o autor em questão, se bem que tenha levantado o problema do seu modelo não abranger os

---

38. Idem, p. 137.

39. Em outro texto vamos nos deter mais neste ponto, que é extremamente importante para se compreender a verdadeira natureza do processo educacional e das funções que ele desempenha na nossa sociedade.

fatores "não econômicos", não o resolve e, assim, mais uma vez, descarta variáveis relevantes, ampliando o viés (ideológico) de sua análise.

Outro ponto que merece ser criticado é a reificação que este autor faz de algumas variáveis do seu modelo. Tomaremos o caso das variáveis sexo e idade, que nos parece mais dramático. O tratamento que o autor dá a elas é tal que sugere implicitamente que a "feminilidade" e a "juventude" têm um efeito "natural" de fazer baixar os salários. Para Langoni, basta saber, por exemplo, da existência de salários médios mais baixos e menos concentrados entre jovens, para concluir que o aumento da sua participação no total da força de trabalho tenha o efeito de diminuir a concentração da renda de toda a população ativa. Esse raciocínio deixa sem explicação o que deve ser explicado, como: por que as mulheres ganham menos que os homens? o que faz com que as mulheres passem a integrar a força de trabalho? por que os adultos ganham mais do que os jovens? etc. Respostas que apelem para algo "natural" são dissimulações de uma realidade que nada tem de natural, simplesmente por ser *histórica*, isto é, produzida e em transformação.

A superficialidade e o viés desse tratamento, apesar da sofisticação estatística, fica evidenciada quando nos referimos novamente aos dados do DIEESE em São Paulo, já citados, mostrando o aumento do número de pessoas empregadas por famílias como recurso de defesa do nível de renda, depreciado pela deterioração dos salários do chefe. Ora, como dissemos anteriormente, não é difícil concluir-se que, na maioria das vezes, as pessoas disponíveis na família para ingressarem na força de trabalho são mulheres e jovens. São os baixos salários dos pais que levam mulheres e jovens a trabalharem, evidentemente por salários mais baixos que, por sua vez, provocarão queda nos salários dos pais. Este mecanismo mostra a inter-relação de fenômenos que as correlações estatísticas daquele autor escondem, pois ele os isola do seu contexto. Assim, não tem nenhum sentido dizer que o aumento da participação de jovens e mulheres produz um efeito de diminuir a concentração da renda. É possível, aliás, que o efeito seja exatamente o oposto, como sugerem os dados do DIEESE.

Langoni afirma que o padrão de vida dos trabalhadores rurais é baixo, enquanto que sua renda não é muito concentrada, ao contrário do que acontece na zona urbana. Assim, conclui que, a migração de trabalhadores agrícolas para as cidades por um lado faz com que eles tenham um padrão de vida mais elevado e, por outro, faz com que eles ingressem em um meio de renda mais concentrada. Para o autor, esse fato não tem maior importância, pois o que conta é que houve um aumento absoluto no padrão de vida da população migrante.

"(...) a existência de desemprego disfarçado nas cidades é perfeitamente compatível com a melhoria sensível no bem-estar do imigrante, em termos de suas alternativas anteriores".<sup>40</sup>

Essa argumentação merece reparos. Primeiro, a comparação do padrão de vida dos trabalhadores migrantes não deve ser feita com as suas condições anteriores de vida mas, sim, com as condições médias vigentes (ou apenas possíveis) na cidade. Fazendo isso, podemos constatar a realidade objetiva da sua miséria, por mais que essa miséria seja menos miserável do que a anterior. Segundo, o afluxo de trabalhadores migrantes na zona urbana faz com que os salários sejam fixados em níveis baixos, "compatíveis" com a sua miséria, prejudicando tanto os trabalhadores já urbanizados quanto os recém-chegados. O resultado deste processo é intensificar a concentração da renda.<sup>41</sup> Deste modo, constata-se que a migração *não* é um processo independente do de concentração da renda mas, ao contrário, ajuda a produzi-lo.

Outro reparo que queremos fazer à análise conjuntural é o abuso da técnica estatística de análise multivariada. Esta consiste em estudar a correlação de suas variáveis, supondo a constância de uma terceira que, na realidade, não é constante.<sup>42</sup> Langoni controlou (isto é, supôs que estivesse igualmente distribuída por todos) a variável posição na ocupação que indica, basicamente, se o indivíduo é empregado, empregador ou autônomo. Em seguida, correlacionou escolaridade e nível de renda dos indivíduos que compunham a população economicamente ativa. Os resultados, como seria de se esperar, mostraram uma forte correlação entre nível escolar e nível de renda. Este procedimento facilita um raciocínio falacioso, pois, se as relações sociais fossem tais que os indivíduos não se diferenciasssem segundo aquelas posições na ocupação, seria lícito esperar que as condições (volume, distribuição e forma) da remuneração não fossem também diferentes. No mínimo, as rendas da propriedade não existiriam ou seriam iguais para todos, situações que uma simples análise multivariada não tem possibilidade de mostrar.

Os resultados encontrados pelo autor, ao correlacionar nível de rendimento e nível de escolaridade, não significam que a aquisição de renda seja *resultado* da aquisição de escolaridade tão somente,

---

40. Langoni, ob. cit., p. 224.

41. Esse raciocínio não autoriza a tese conservadora da "fixação do homem ao solo". É preciso frisar que os emigrantes são expulsos das zonas rurais pelas precárias condições de vida aí vigentes.

42. Este é o caso mais elementar de análises multivariadas. Para maiores detalhes, consultar Johan Galtung, *Teoria y Metodos de la Investigación Social*, tomo II, Editorial Universitária, Buenos Aires, 1966.

como ele deseja demonstrar. Isto pode acontecer em casos e conjunturas particulares, mas o que é mais provável é que o grau escolar seja um reforço do nível de renda familiar, que determinará as condições de aproveitamento do ensino pelo aluno, vale dizer, da *extensão possível da escolaridade*. A possibilidade de utilizar com sucesso a educação escolar depende, na maioria dos casos, do nível de renda já alcançada pelos pais, o que não exclui, obviamente, a possibilidade de indivíduos provenientes de famílias de baixa renda atingirem graus escolares elevados. No entanto, graus elevados de escolarização não são necessários para a obtenção de níveis elevados de renda. São necessários, isso sim, para *estabelecer congruência entre as diversas dimensões que compõem o status* (entre as quais, escolaridade, poder e renda). Assim, é claro que a correlação entre escolaridade e renda seja alta, o que não significa que a escolaridade determine o nível de renda (o que, no entanto, pode acontecer em casos isolados). Como dissemos, níveis elevados de renda tendem a determinar níveis elevados de escolarização, como *reforço do status já adquirido* pela família ou, então, para restabelecimento da congruência "perturbada" pelo enriquecimento.

Acreditamos que o estudo de Langoni seja, em última análise, mais uma tentativa de escamotear o papel da posição na ocupação e dos mecanismos estruturais da economia na distribuição da renda. É também mais um esforço de concentrar a discussão do tema na área educacional, eleita como a alavanca de um processo redistributivo.

Finalmente, queremos justificar por que razão denominamos a análise desse autor sintomática. Cremos ter ficado claro, e esta é a razão, que ela não procura na realidade, nos seus diferentes níveis de profundidade, as determinações do fenômeno em questão, mas contenta-se com a (cor) *relação dos seus sintomas*.

No entanto, mesmo supondo que tenha existido (embora de modo não generalizado) uma escassez de profissionais de nível médio e superior, não é certo que o aumento da sua oferta resulte em diminuição da concentração da renda.

A medida que a oferta de profissionais com instrução superior crescer, os empresários poderão rebaixar os salários.

"(...) Os assalariados, os profissionais liberais, que ganhavam demais, também vão ganhar de menos. Resta a grande pergunta: isto significa que a concentração da renda vai diminuir? Ou, ao contrário, ela vai aumentar? A concentração é devida principalmente aos profissionais de renda mais alta? Os donos do capital não estariam entre os maiores detentores de renda no Brasil? E (se) suas empresas, vão poder reduzir — graças ao

fim do privilégio — os salários dos profissionais ainda bem remunerados, isso não significará aumentos de seus ganhos pessoais, como donos dessas empresas? A renda não vai concentrar-se ainda mais em suas mãos?"<sup>43</sup>

Essa argumentação é suficiente para evidenciar a falsidade da atribuição à política educacional de uma importância que ela não pode ter na reversão do processo de concentração da renda. Essa reversão somente poderá ocorrer na medida em que haja, *conjuntamente*, a elevação do salário real dos trabalhadores, o aumento da taxa de emprego e a mudança dos mecanismos financeiros de efeito concentrador, como é o caso do financiamento de bens de consumo duráveis, dos incentivos fiscais, da legislação tributária e outros que não são características *de pessoas* mas de todo um sistema produtivo.

### 3. CONCLUSÕES

A argumentação desenvolvida acima permite-nos algumas conclusões que serão apresentadas em seguida.

*Primeiro*, a economia brasileira apresentou um intenso progresso de concentração da renda na década de 60. A concentração não se deveu a diferentes "velocidades" de crescimento da renda real dos diversos níveis de ingresso da população ativa, mas à manutenção (na hipótese mais otimista) da renda da metade inferior da escala e ao aumento substancial da renda do quinto superior e, especialmente, dos 5% mais ricos.

*Segundo*, não foi uma insuficiência na oferta de mão-de-obra com nível escolar médio e superior o principal fator determinante do processo de concentração da renda. Do mesmo modo, não será o aumento da sua oferta um meio de redistribuição da renda que pode, ao contrário, resultar num efeito reconcentrador pela diminuição dos salários de algumas categorias profissionais.

*Terceiro*, o processo de concentração havido foi determinado por uma série de mecanismos intrínsecos à economia brasileira, reforçados por medidas de política econômica e fatos conjunturais como os seguintes: crescimentos da produtividade conseguidos por inovações tecnológicas e economia de escala; manutenção de baixos níveis salariais, possibilitada pela oferta ilimitada de força de trabalho, pela contenção do movimento sindical e por outras medidas trabalhistas; estrutura oligopolística da produção; mon-

---

43. Aloysio Biondi, "Uma Entrevista a Seis Mãos", em *Opinião*, 11 a 18-12-72, p. 7.

tagem de um sistema de financiamento de bens de consumo duráveis; e, finalmente, aumento da demanda de profissionais para algumas ocupações de setor terciário "moderno". Este último fenômeno, no entanto, tem sido superestimado em algumas análises.

*Quarto*, parece-nos que a omissão de certos dados é tão ou mais importante do que aqueles que são apresentados oficialmente. É o caso das apurações de dados que omitem, acreditamos que não casualmente, a distribuição funcional da renda, impedindo a verificação de modo direto e inequívoco da repartição da renda nos seus componentes salários, juros, lucros e aluguéis ou, então, qual o montante de renda realizada por empregados, empregadores, autônomos, etc. Devido a essa omissão, os analistas são forçados a lançar mão de artifícios mais ou menos complicados para medir o fenômeno, simples em si mesmo, da distribuição da renda. Em consequência disto, alguns caem, intencionalmente ou não, em erros que distorcem a natureza dos processos econômicos e sociais. Foi o caso da atribuição à oferta dos sistemas escolares do poder de provocar um efeito concentrador de renda de grandes proporções, como o ocorrido no Brasil durante a década de 60.

TABELA 1

Amplitude e renda média da população remunerada de 10 anos e mais, segundo graus crescentes de participação na renda total recebida — Brasil, 1960 e 1970

% da população	1960			1970			r2/r1
	Estratos de Renda	Renda Média Cr\$ de 1960	Renda Média deflacionada(r1)	Estratos de Renda	Renda Média Cr\$ de 1970	Renda Média deflacionada(r2)	
50	0 a 4.033	2.111	3,62	0 a 151	75	3,64	1,01
10	4.033 4.890	4.469	7,67	151 190	171	8,30	1,08
10	4.890 5.957	5.388	9,25	190 221	197	9,56	1,03
10	5.957 7.713	6.749	11,58	221 316	263	12,76	1,10
10	7.713 11.558	9.315	15,99	316 533	405	19,65	1,23
10	11.558 e mais	23.194	39,80	533 e mais	1.322	64,14	1,61
5% superiores	16.795 e mais	32.641	56,02	846 e mais	1.982	96,16	1,72

FONTE: Rodolfo Hoffman e João Carlos Duarte, "A Distribuição da Renda no Brasil", em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 12, n.º 2, junho 72, p. 59.

TABELA 2

*Participação da população remunerada de 10 anos e mais na renda total recebida, em ordem crescente de remuneração — Brasil, 1960 e 1970*

População Remunerada		R e n d a			
		1960		1970	
%	% acumulada	%	% acumulada	%	% acumulada
0,40	0,40	11,20	11,20	9,05	9,05
0,10	0,50	6,49	17,69	4,69	13,74
0,10	0,60	7,49	25,18	6,25	19,99
0,10	0,70	9,03	34,21	7,20	27,19
0,10	0,80	11,31	45,52	9,63	36,82
0,10	0,90	15,61	61,13	14,83	51,65
0,10	1,00	38,87	100,00	48,35	100,00
5% superiores		27,35		36,25	
1% superiores		11,72		17,77	

FONTE: Rodolfo Hoffman e João Carlos Duarte, "A Distribuição da Renda no Brasil", em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 12, n.º 2, junho 72, pp. 58 e 60.

TABELA 3

Salário Mínimo Nominal, Real (em Cr\$ Novos) e Índices do Salário Mínimo Real (1944 = 100) Vigentes na Guanabara, 1944-1973

Ano	Salário Nominal	Salário Real	Índice do Salário Real	Ano	Salário Nominal	Salário Real	Índice do Salário Real
1944	0,38	75,84	100,0	1959	6,00	120,48	158,8
1945	0,38	65,18	85,9	1960	6,00	93,16	122,8
1946	0,38	55,71	73,4	1961	9,60	120,48	158,8
1947	0,38	45,72	60,2	1962	13,44	103,38	136,3
1948	0,38	44,24	58,3	1963	21,00	94,60	124,7
1949	0,38	42,58	56,1	1964	42,00	98,82	130,3
1950	0,38	38,82	51,1	1965	66,00	93,62	123,4
1951	0,38	34,55	45,5	1966	84,00	84,34	111,2
1952	1,20	93,22	122,6	1967	105,00	80,77	106,5
1953	1,20	81,63	107,6	1968	129,60	81,51	107,4
1954	1,20	66,67	87,9	1969	156,00	80,41	106,0
1955	2,40	108,11	142,5	1970	187,20	78,65	103,7
1956	2,40	89,55	118,0	1971	225,60	78,88	104,0
1957	3,80	121,79	160,5	1972	268,80	80,72	106,4
1958	3,80	106,15	139,9	1973	312,00	84,09	110,8

FONTE: 1. Salários Nominais: Fundação Getúlio Vargas, "26 Anos de Economia Brasileira — Estatísticas Básicas", em *Conjuntura Econômica*, vol. 27, n.º 12, dez. 73, p. 99.

2. Índice do custo de vida na Guanabara: idem, pp. 83-88.

NOTAS: 1. Como Salário Nominal foi computado, em cada ano, o valor que vigorou mais tempo.

2. Os Salários foram deflacionados pelo índice de custo de vida na Guanabara, média 1965 — 1967 = 100 (ver fonte n.º 1).